

TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO NO CONCÍLIO VATICANO II: O DISCURSO *GAUDET MATER ECCLESIA* COMO CHAVE HERMENÊUTICA PARA A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO

TRADIZIONE E RINNOVAMENTO NEL CONCILIO VATICANO II
IL DISCORSO *GAUDET MATER ECCLESIA* COME CHIAVE
ERMENEUTICA PER LA RECEZIONE DEL CONCILIO

Felipe Barrozo Arboith *

Resumo: O Concílio Vaticano II representa um dos acontecimentos mais significativos da história recente da Igreja Católica, suscitando diferentes interpretações acerca de sua natureza e de sua recepção. Este artigo analisa as principais correntes hermenêuticas desenvolvidas no período pós-conciliar, especialmente a interpretação de Giuseppe Alberigo, que enfatiza o caráter renovador do Concílio, e a perspectiva da continuidade da tradição, representada por Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto. Como objetivo central, busca-se demonstrar de que modo o discurso inaugural *Gaudet Mater Ecclesia*, de João XXIII, oferece uma chave hermenêutica para compreender a relação entre tradição e renovação, contribuindo para uma interpretação equilibrada do Vaticano II. A pesquisa possui caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, fundamentando-se na análise do discurso de abertura do Concílio e de obras de historiadores e teólogos especializados. Os resultados evidenciam que João XXIII distingue claramente entre a permanência do depósito da fé e a renovação das formas de sua transmissão, indicando que a atualização desejada pelo Concílio não implica ruptura com a tradição, mas seu desenvolvimento orgânico em resposta às exigências do mundo contemporâneo. Conclui-se que o conceito de tradição

* Licenciado em Filosofia e Bacharel em Teologia pela Faculdade Palotina – FAPAS.
E-mail: felipebarrozoarboith@gmail.com.

presente no *Gaudet Mater Ecclesia* constitui uma importante chave interpretativa para superar leituras reducionistas, evidenciando que a verdadeira recepção do Concílio exige integrar, de maneira harmoniosa, fidelidade doutrinal e renovação pastoral.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; recepção do Concílio; renovação; tradição.

Abstract: Il Concilio Vaticano II rappresenta uno degli eventi più significativi della storia recente della Chiesa cattolica, suscitando differenti interpretazioni circa la sua natura e la sua recezione. Il presente articolo analizza i principali orientamenti ermeneutici sviluppatisi nel periodo postconciliare, con particolare attenzione all'interpretazione di Giuseppe Alberigo, che sottolinea il carattere innovatore del Concilio, e alla prospettiva della continuità della tradizione, rappresentata da Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto. L'obiettivo principale è dimostrare come il discorso inaugurale *Gaudet Mater Ecclesia*, pronunciato da Giovanni XXIII, offra una chiave ermeneutica per comprendere il rapporto tra tradizione e rinnovamento, contribuendo a un'interpretazione equilibrata del Concilio Vaticano II. La ricerca, di carattere bibliografico e con approccio qualitativo, si fonda sull'analisi del discorso di apertura del Concilio e sulle opere di storici e teologi specializzati. I risultati evidenziano che Giovanni XXIII distingue chiaramente tra la permanenza del deposito della fede e il rinnovamento delle modalità della sua trasmissione, indicando che l'aggiornamento auspicato dal Concilio non implica una rottura con la tradizione, ma piuttosto il suo sviluppo organico in risposta alle esigenze del mondo contemporaneo. Si conclude che il concetto di tradizione presente nella *Gaudet Mater Ecclesia* costituisce un'importante chiave ermeneutica per superare interpretazioni riduttive, mostrando che l'autentica recezione del Concilio richiede l'integrazione armoniosa tra fedeltà dottrinale e rinnovamento pastorale.

Parole chiave: Concilio Vaticano II; recezione del Concilio; rinnovamento; tradizione.

Introdução

O Concílio Vaticano II constitui um dos acontecimentos mais importantes da história recente da Igreja Católica. Convocado por João XXIII e realizado entre os anos de 1962 e 1965, o Concílio promoveu uma ampla renovação da vida eclesial, favorecendo um diálogo mais intenso da Igreja com o mundo contemporâneo. Entretanto, a riqueza de seus documentos e a amplitude das mudanças propostas deram origem, no período pós-conciliar, a diferentes formas de interpretar e receber seus ensinamentos. Essas distintas interpretações concentraram-se, sobretudo, na compreensão da relação entre renovação e tradição, tornando-se um dos principais temas do debate teológico acerca do Vaticano II.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar duas importantes formas de recepção do Concílio Vaticano II, representadas, de um lado, pela interpretação de Giuseppe Alberigo e, de outro, pela corrente que enfatiza a continuidade da tradição, representada especialmente por Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto. Busca-se, ainda, compreender de que maneira o discurso de abertura do Concílio, *Gaudet Mater Ecclesia*, proferido por João XXIII, oferece elementos para interpretar o conceito de tradição e iluminar essas diferentes perspectivas de recepção do Vaticano II.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada na análise de obras de historiadores, teólogos e estudiosos do Concílio Vaticano II, bem como do próprio discurso inaugural de João XXIII. O desenvolvimento do trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta o contexto histórico do Concílio e o problema de sua recepção; o segundo analisa as principais formas de recepção do Vaticano II no período pós-

conciliar; e o terceiro examina o conceito de tradição presente no discurso *Gaudet Mater Ecclesia*, propondo-o como uma importante chave hermenêutica para a compreensão da correta interpretação do Concílio Vaticano II.

1 O Concílio Vaticano II e o problema de sua recepção

1.1 Contexto histórico do Concílio

O século XX foi marcado por profundas transformações em âmbito mundial. Mudanças significativas ocorreram na sociedade, na cultura, na política e no modo como o ser humano compreendia a si mesmo e o mundo ao seu redor. Foi um período caracterizado por questionamentos, pela ruptura de paradigmas tradicionais, pelo surgimento de novas correntes de pensamento e por intensas revoluções sociais e culturais (Pierrard, 1982, p. 275). Além disso, as duas grandes guerras mundiais deixaram marcas profundas na humanidade, gerando um cenário de incertezas e inquietações diante dos rumos da história (Comby, 1988, p. 191).

No período pós-guerra, a Igreja viu-se inserida em uma sociedade que clamava por respostas. Esse período, como nos diz Comby, “não era somente o tempo da culpabilização, mas também da reflexão e das novas orientações” (1988, p. 196, tradução nossa)¹. A Igreja encontrava-se diante de uma realidade complexa, marcada por inúmeros desafios. Um deles era a nova situação dos cristãos, especialmente na Europa. Em consequência das guerras, houve perdas

¹ “No era solamente el tiempo de la culpabilización, sino también el de la reflexión y de las nuevas orientaciones”.

significativas de vidas humanas. Como exemplo, pode-se citar a Polônia, que “perdeu quase um terço de sua população e a maior parte de suas elites” (Comby, 1988, p. 197, tradução nossa)². Entre essas perdas encontravam-se universitários, intelectuais e sacerdotes, o que contribuiu para o enfraquecimento da presença e da atuação eclesial em diversas regiões.

Além dos impactos deixados pela Segunda Guerra Mundial, a Igreja precisou enfrentar os desafios decorrentes da Guerra Fria. Entre as consequências da divisão política e ideológica do mundo naquele contexto, destacam-se as perseguições sofridas pelos cristãos em diversas partes do planeta. Como afirma Comby, “por trás da cortina de ferro que separava as duas Europas, a perseguição abateu-se sobre os cristãos” (1988, p. 198, tradução nossa)³. Dependendo do país, essa realidade assumiu formas distintas, manifestando-se com maior ou menor intensidade. De qualquer modo, tais perseguições marcaram profundamente a vida e a ação da Igreja em numerosas regiões do mundo.

Também merecem destaque outras realidades próprias desse período histórico que interpelavam a Igreja e exigiam uma resposta capaz de dialogar com os novos desafios da época. Entre elas podem ser mencionadas a descolonização e o consequente surgimento de Igrejas jovens em regiões como a África e a Ásia; novas formas de compreender a presença da Igreja no mundo, sua pastoral e sua liturgia, favorecendo o surgimento de movimentos de renovação no interior da própria instituição; o avanço do movimento ecumênico; e o rápido desenvolvimento tecnológico, especialmente nos meios de comunicação social

² “[...] *perdió casi el tercio de su población y la mayor parte de sus élites*”.

³ “*Tras el telón de acero que separa a las dos Europas, la persecución se abate sobre los cristianos*”.

(Comby, 1988, p. 200-209). Todas essas transformações exigiam da Igreja uma reflexão renovada sobre sua identidade, sua missão e sua forma de se relacionar com o mundo contemporâneo.

Inserida nesse contexto de rápidas transformações, a Igreja viu-se desafiada a refletir sobre sua missão evangelizadora em um mundo em constante mudança. Tornava-se necessário encontrar formas renovadas de anunciar o Evangelho e dialogar com a sociedade contemporânea, sem renunciar à fidelidade ao depósito da fé recebido da Tradição. Como observa Comby, “ao atualizar a Igreja em um mundo em rápida evolução, o Concílio gerou grandes esperanças” (1988, p. 210, tradução nossa)⁴. Nesse mesmo sentido, Henrique Cristiano José Matos afirma que “ao convocar esta Assembleia internacional dos Bispos, João XXIII quis colocar a Igreja no coração do mundo a fim de que desempenhasse sua missão evangelizadora a partir das angústias e esperanças do homem de hoje” (1997, p. 341). Foi nesse horizonte que, em 11 de outubro de 1962, o Papa João XXIII abriu solenemente a primeira sessão do Concílio Vaticano II.

O Concílio Vaticano II constituiu-se como resposta da Igreja aos desafios de seu tempo e como expressão de seu desejo de renovar a ação evangelizadora diante das transformações do mundo contemporâneo. Sua convocação representou a abertura de um amplo processo de reflexão e discernimento eclesial, envolvendo bispos de todas as partes do mundo em torno das grandes questões que interpelavam a vida da Igreja e sua missão. Não por acaso, Matos afirma que “o Concílio Vaticano II foi, sem sombra de dúvida, o maior acontecimento eclesial dos últimos séculos” (1997, p. 341).

⁴ “Al realizar la puesta al día de la Iglesia en un mundo en plena evolución, el Concilio suscitó grandes esperanzas”.

Convocado com o propósito de promover uma atualização (*aggiornamento*) da vida e da ação da Igreja, o Concílio buscou oferecer respostas aos desafios do mundo contemporâneo e favorecer um diálogo mais fecundo entre a Igreja e a sociedade. Conforme recorda Matos, “o Concílio sintetizou em 16 constituições, Decretos e Declarações o pensamento católico” e, ao mesmo tempo, “nem todos têm igual valor e o espírito do *aggiornamento* não os penetrou de modo idêntico” (1997, p. 306). Por essa razão, o Vaticano II tornou-se um marco decisivo na história do catolicismo, influenciando profundamente a compreensão da missão da Igreja, sua estrutura interna, sua ação pastoral e sua relação com o mundo moderno.

Os frutos do Concílio repercutiram amplamente na vida eclesial das décadas seguintes. Como recorda novamente Matos, “a Igreja saiu do Concílio como uma Igreja mais modesta, menos triunfalista”, buscando ser “uma presença viva entre os homens, colaborando na busca de soluções para os problemas que afetam a Humanidade de nosso tempo” (1997, p. 310). Contudo, a amplitude das mudanças propostas e a riqueza dos documentos conciliares deram origem a diferentes interpretações acerca de seu significado e alcance. Desse modo, o Vaticano II não apenas marcou profundamente a história da Igreja, mas também inaugurou um amplo debate sobre sua correta interpretação e recepção, questão que permanece relevante até os dias atuais.

1.2 A recepção conciliar

O encerramento do Concílio Vaticano II, em 8 de dezembro de 1965, não representou o término de sua influência na vida da Igreja. Pelo contrário, a

conclusão da assembleia conciliar marcou o início de um longo processo de recepção de seus ensinamentos por parte das Igrejas locais. Conforme afirma Alberigo, “com o pós-concílio abria-se o longo período da recepção por parte das Igrejas” (1995, p. 440). Dessa forma, a história do Vaticano II não pode ser compreendida apenas a partir dos acontecimentos ocorridos entre os anos de 1962 e 1965, mas também a partir do modo como seus documentos foram interpretados, acolhidos e colocados em prática nas décadas posteriores.

O processo de recepção do Concílio ocorreu em um contexto marcado por grandes expectativas. Desde sua convocação, o Vaticano II despertou esperanças de renovação em diversos setores da Igreja. Ao mesmo tempo, os debates realizados ao longo das quatro sessões conciliares evidenciaram a existência de diferentes sensibilidades teológicas e pastorais entre os padres conciliares. Como observa Martina, “no calor das polêmicas e das esperanças suscitadas pelo anúncio do Concílio, fomentadas pelas discussões dos quatro períodos, os documentos conclusivos parecem a vários estudiosos como um compromisso entre as várias tendências e provocaram algumas decepções” (1997, p. 319). Percebe-se, portanto, que o próprio texto final dos documentos conciliares já trazia em si a marca do diálogo entre distintas perspectivas presentes no interior da Igreja.

Apesar dessas tensões, muitos estudiosos reconheceram no Vaticano II um acontecimento decisivo para a história do catolicismo contemporâneo. Segundo Martina, “o Vaticano II fechou definitivamente a época pós-tridentina e abriu um novo curso, que não renega o passado, mas o integra, o aperfeiçoa e o adapta à contínua evolução da humanidade” (1997, p. 320). Essa afirmação evidencia que o Concílio foi compreendido por muitos como um momento de renovação e

atualização da vida eclesial. Tal renovação, entretanto, não deveria ser entendida como abandono da tradição recebida, mas como um esforço de torná-la mais capaz de responder aos desafios do mundo contemporâneo.

É precisamente nesse ponto que surge uma das questões centrais para a compreensão da recepção conciliar: a relação entre o Concílio e a Tradição da Igreja. Ao refletir sobre essa problemática, Theobald afirma que “se o princípio de pastoralidade envolve de forma evidente a interpretação da tradição, ele diz respeito, ao mesmo tempo, à maneira de receber esta em assembleia conciliar” (2015, p. 207). A recepção do Vaticano II não consistia apenas na aplicação prática de suas orientações, mas exigia também uma compreensão adequada da relação entre fidelidade à tradição e renovação pastoral. Em outras palavras, interpretar o Concílio significava igualmente interpretar a própria tradição da Igreja.

Nesse contexto, surgiram diferentes leituras acerca do significado e do alcance das reformas promovidas pelo Vaticano II. Durante muito tempo, alguns estudiosos atribuíram as dificuldades de recepção do Concílio exclusivamente à existência de interpretações consideradas excessivamente inovadoras. Conforme observa Theobald, “pôde-se acreditar que os problemas de recepção do Vaticano II provinham unicamente de um tipo de interpretação qualificada de ‘hermenêutica de ruptura’ ou da ‘descontinuidade’” (2015, p. 365). Todavia, o próprio autor considera que a questão é mais complexa e não pode ser reduzida a uma simples oposição entre continuidade e ruptura.

Segundo Theobald, uma das principais causas das dificuldades encontradas no processo de recepção do Vaticano II está “na dificuldade de situar o Concílio numa história longa” (2015, p. 365). Em outras palavras, muitos dos debates surgidos após o Concílio derivam da forma como ele é compreendido dentro da

história da Igreja. A questão fundamental passa a ser a seguinte: o Vaticano II deve ser interpretado principalmente como um acontecimento de renovação ou como expressão da continuidade da tradição eclesial? A resposta dada a essa pergunta influencia diretamente a forma de compreender seus documentos e de acolher suas orientações.

Desse modo, o período pós-conciliar foi marcado pelo surgimento de diferentes interpretações acerca do significado do Vaticano II. Algumas enfatizaram o caráter inovador do acontecimento conciliar e sua importância para a renovação da vida da Igreja. Outras insistiram na necessidade de interpretar o Concílio a partir da continuidade da tradição católica precedente. Entre essas diferentes perspectivas, destacam-se as interpretações representadas por Giuseppe Alberigo, Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto, autores que oferecem leituras distintas sobre a natureza do Concílio e sobre a maneira como ele deve ser recebido pela Igreja. A análise dessas interpretações permitirá compreender mais profundamente a relação entre Concílio, tradição e recepção eclesial.

2 As diferentes formas de receber o Concílio Vaticano II

Como vimos no capítulo anterior, o encerramento do Concílio Vaticano II não significou o fim dos debates em torno de seus ensinamentos. Pelo contrário, o período pós-conciliar foi marcado por diferentes formas de interpretar e receber o Concílio. Questões relacionadas à renovação da Igreja, à continuidade da tradição e ao alcance das reformas propostas pelos padres conciliares deram origem a distintas compreensões acerca do significado do Vaticano II. Enquanto alguns autores enfatizaram o caráter renovador do Concílio e sua importância

para a atualização da vida eclesial, outros destacaram a necessidade de interpretá-lo a partir da continuidade da tradição da Igreja, manifestando maior cautela diante de determinadas interpretações e aplicações de seus ensinamentos. Nesse contexto, torna-se importante analisar essas diferentes formas de recepção do Concílio, representadas, de um lado, pela interpretação de Giuseppe Alberigo e, de outro, por autores que insistem na necessidade de compreender o Vaticano II à luz da tradição e da continuidade eclesial. A análise dessas perspectivas permitirá compreender melhor os debates que marcaram a recepção do Concílio e sua relação com o conceito de tradição.

2.1 A recepção entusiasta do Concílio: a interpretação de Giuseppe Alberigo

Giuseppe Alberigo é um teólogo leigo, grande historiador da Igreja. Participou ativamente do Concílio Vaticano II, como católico engajado e também como intelectual, nos três processos fundamentais do concílio: preparação, o concílio em si e a recepção pós-concílio (Marques, 2015, p. 10).

Alberigo foi um jovem intelectual que, nos anos 50, fez parte de um grupo liderado pelo jurista Giuseppe Dossetti, responsável por fomentar um movimento de renovação na Igreja, após o turbulento pontificado de Pio XII. A partir deste clima, este grupo inicia um trabalho intelectual importantíssimo: “a preparação de uma edição crítica integral de todos os documentos produzidos pelos Concílios, ao longo dos séculos” (Marques, 2015, p. 10). Em 1962, após assumir a liderança deste grupo, depois da saída de Dossetti, Alberigo entrega ao papa e aos padres conciliares esta produção intelectual que serviu de base para os trabalhos do Concílio. Além disso, participa ativamente do desenvolvimento do Concílio, sendo

um dos únicos leigos citados em aulas conciliares “quando estavam no auge os debates entre o primado absoluto do bispo de Roma e a possível participação do colégio dos bispos no governo da Igreja” (Marques, 2015, p. 10).

Após a conclusão do Concílio, Alberigo tornou-se um dos principais especialistas sobre o Concílio, principalmente sobre a recepção e aplicação do mesmo. No final do século XX Alberigo reuniu e liderou uma equipe internacional que preparou e publicou a obra em cinco volumes “História do Concílio Vaticano II”. Nesta obra, Alberigo propõe que “o Concílio foi e continua sendo um evento de tal porte que está provocando [...] uma evolução fundamental e irreversível para a Igreja” (Marques, 2015, p. 10). Assim, demonstra sua posição em relação à compreensão do que realmente foi o Concílio e de seu espírito de renovação ou atualização da Igreja. Esta posição foi e continua sendo muito questionada por outra ala de pensadores que veem o Concílio muito mais a partir de uma lógica de continuidade, e não de renovação ou atualização como Alberigo.

A compreensão de Alberigo sobre o Concílio Vaticano II está intimamente ligada à sua interpretação do Concílio como um acontecimento histórico de grande alcance para a vida da Igreja. Para ele, o Vaticano II não deve ser compreendido apenas a partir de seus documentos finais, mas também a partir do evento conciliar em sua totalidade, incluindo o processo de preparação, os debates realizados durante as sessões e, sobretudo, seus desdobramentos na vida da Igreja (Marques, 2015, p. 10). Nesse sentido, Alberigo entende que o Concílio representou um momento singular de renovação e de redescoberta da missão eclesial diante dos desafios do mundo contemporâneo.

Segundo Alberigo, o Vaticano II foi capaz de perceber as profundas transformações históricas vividas pela humanidade e responder a elas de forma

criativa e fiel ao Evangelho. Por isso afirma que “hoje é possível começar a discernir claramente que o Vaticano II teve força suficiente para apreender a urgência histórica de um ‘salto adiante’ na fidelidade evangélica da Igreja e foi capaz de vislumbrar algumas direções importantes de movimento” (Alberigo, 1985, p. 29). Para o autor, o Concílio não significou um afastamento da tradição cristã, mas um esforço para viver essa mesma tradição de forma renovada diante das novas circunstâncias históricas.

Essa compreensão leva Alberigo a afirmar que o Concílio marcou o encerramento de uma etapa da história da Igreja e o início de uma nova fase. Em suas palavras, “o que o Concílio indicou às igrejas foi a necessidade urgente de reconhecer o declínio da era tridentina do cristianismo, percebendo que agora estamos em outro lugar e de outras maneiras” (Alberigo, 1985, p. 30). Ao utilizar a expressão “era tridentina”, o autor refere-se ao longo período histórico inaugurado após o Concílio de Trento e que marcou profundamente a organização, a pastoral e a compreensão que a Igreja tinha de si mesma. Para Alberigo, as transformações sociais, culturais e religiosas do século XX exigiam novas formas de presença e atuação da Igreja no mundo.

Nessa perspectiva, o Vaticano II deveria ser compreendido a partir da orientação pastoral proposta por João XXIII. Conforme afirma Alberigo, o Vaticano II, “fiel à impositação ‘pastoral’ recebida de João XXIII, não impunha à Igreja normas rígidas, comportamentos uniformes, nem previa sanções disciplinares; ele exortava o catolicismo a se renovar num confronto sincero com o Evangelho, à luz da fé e sob o impulso dos sinais dos tempos” (1995, p. 440). Dessa forma, a renovação desejada pelo Concílio não deveria ocorrer por meio de imposições

disciplinares, mas por uma redescoberta do Evangelho e por uma maior atenção aos desafios concretos da humanidade contemporânea.

A partir dessa interpretação, Alberigo demonstra preocupação diante das tentativas de minimizar ou limitar o alcance das mudanças propostas pelo Vaticano II. Ao comentar as críticas dirigidas ao Concílio, afirma que “estamos testemunhando um claro renascimento de atitudes que o Vaticano II havia inequivocamente desconsiderado e superado, e que permaneceram confinadas a grupos nostálgicos” (Alberigo, 1985, p. 36). Tal afirmação evidencia sua convicção de que o processo de renovação iniciado pelo Concílio constitui um caminho sem retorno para a Igreja. Por isso, Alberigo considera que a recepção autêntica do Vaticano II exige acolher seu espírito de renovação, sua orientação pastoral e sua abertura ao diálogo com o mundo contemporâneo.

Desse modo, percebe-se que a interpretação de Alberigo atribui grande importância ao caráter histórico e pastoral do Concílio. Para ele, o Vaticano II representa um acontecimento que impulsionou a Igreja a renovar sua ação evangelizadora e sua presença no mundo, inaugurando uma nova etapa de sua história sem romper com o Evangelho que constitui o fundamento permanente de sua missão.

2.2 A recepção do Concílio a partir da continuidade da tradição

Embora a interpretação de Giuseppe Alberigo tenha exercido grande influência na compreensão e na recepção do Concílio Vaticano II, ela não foi a única forma de interpretar o acontecimento conciliar. Desde os primeiros anos do pós-concílio surgiram vozes que manifestaram certa cautela diante de algumas

leituras que enfatizavam excessivamente o caráter inovador do Vaticano II. Para esses autores, o Concílio não poderia ser compreendido como uma ruptura com a tradição anterior da Igreja, mas deveria ser interpretado em continuidade com a história e com o patrimônio doutrinal transmitido ao longo dos séculos. Desenvolveu-se, assim, uma corrente de interpretação que procurou destacar a necessidade de compreender os documentos conciliares à luz da tradição da Igreja, buscando interpretar as reformas propostas pelo Vaticano II em continuidade com o magistério anterior. Essa corrente reuniu diversos teólogos e historiadores da Igreja, dentre os quais se destacam Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto, cujas reflexões exerceram significativa influência nos debates acerca da correta interpretação e recepção do Concílio.

Joseph Ratzinger é um dos principais representantes dessa forma de compreender o Concílio Vaticano II. Tendo participado do Concílio como teólogo perito, acompanhou de perto os debates conciliares e, posteriormente, dedicou grande parte de sua produção teológica à reflexão sobre sua correta interpretação. Conforme afirma Pin, “no pós-Concílio, ele tomou atitudes que marcaram a linha de interpretação que ele denominou ‘hermenêutica da continuidade’, evitando-lhe o aspecto de ruptura” (2015, p. 794). Sua preocupação consistia em demonstrar que o Vaticano II deveria ser compreendido como parte da história da Igreja e não como um acontecimento isolado ou em oposição ao magistério precedente.

Essa compreensão aparece de forma clara na obra *“A Fé em crise?”*. Ao refletir sobre o significado do Concílio, Ratzinger afirma que “quem aceita o Vaticano II, assim como ele se expressou claramente na letra, e entendeu-lhe o espírito, afirma ao mesmo tempo a ininterrupta tradição da Igreja, em particular

os dois concílios precedentes” (1985, p. 16). Para o autor, a fidelidade ao Concílio não pode ser separada da fidelidade à tradição da Igreja. Ao contrário, a correta compreensão do Vaticano II pressupõe reconhecê-lo como parte da história da Igreja e como expressão do desenvolvimento contínuo de sua doutrina, sem oposição aos concílios que o precederam.

Ao mesmo tempo, Ratzinger procura afastar interpretações extremas acerca do Concílio. Para ele, tanto as leituras que apresentam o Vaticano II como uma ruptura em relação ao passado quanto aquelas que rejeitam sua legitimidade comprometem sua correta recepção. Nesse sentido, afirma que “perante o Vaticano II, qualquer opção parcial destrói o todo, a própria história da Igreja, que só pode subsistir como uma continuidade indivisível” (1985, p. 16). Percebe-se, assim, que sua preocupação não consistia em negar o Concílio ou diminuir sua importância, mas em evitar interpretações que o separassem da tradição viva da Igreja.

Ao comentar as dificuldades encontradas na recepção do Vaticano II, Ratzinger considera que muitos dos problemas surgidos nas décadas posteriores não tiveram origem nos próprios documentos conciliares, mas nas interpretações realizadas a partir deles. Afirma o autor:

Estou convencido de que os danos encontrados nestes últimos anos não são atribuíveis ao Concílio “verdadeiro”, mas ao desencadear-se, no interior da Igreja, de forças latentes agressivas, centrífugas, talvez irresponsáveis ou simplesmente ingênuas, de um otimismo fácil, de uma ênfase quanto à modernidade que confundiu o hodierno progresso técnico com um progresso autêntico, integral (1985, p. 17).

Dessa forma, Ratzinger distingue claramente o Concílio propriamente dito das interpretações posteriores que, em sua compreensão, extrapolaram suas verdadeiras intenções.

Sua compreensão acerca da relação entre tradição e Concílio torna-se ainda mais evidente quando afirma que “defender hoje a Tradição verdadeira da Igreja significa defender o Concílio” (1985, p. 18). Em seguida, reconhece que “é também nossa culpa se alguma vez demos pretexto [...] para pensar que o Vaticano II tenha sido uma ‘ruptura’, uma fratura, um abandono da Tradição” (1985, p. 18). Essas afirmações sintetizam o núcleo de sua interpretação: o Vaticano II representa um importante momento de renovação da vida da Igreja, mas essa renovação somente pode ser corretamente compreendida quando inserida na continuidade da tradição e do magistério eclesial.

A interpretação proposta por Ratzinger exerceu grande influência nos debates posteriores acerca da recepção do Concílio Vaticano II e serviu de fundamento para aquilo que posteriormente seria denominado de hermenêutica da continuidade. Entretanto, essa compreensão não permaneceu isenta de críticas. Alguns teólogos consideraram que determinadas posições assumidas por Ratzinger acabavam por restringir alguns dos elementos de renovação presentes no Vaticano II. Entre essas críticas encontra-se a de José Comblin que, ao comentar a posição de Ratzinger sobre o conceito de Igreja como povo de Deus, afirma que “o cardeal consegue desacreditar e descartar definitivamente o conceito de povo de Deus, como se não estivesse no centro da eclesiologia conciliar” (2002, p. 115). Essa observação evidencia que, também no interior da corrente que enfatiza a continuidade da tradição, permanecem diferentes avaliações acerca do alcance e da recepção das reformas propostas pelo Concílio.

Outro importante representante dessa forma de compreender a recepção do Concílio Vaticano II é Agostino Marchetto. Historiador da Igreja e profundo estudioso do Vaticano II, Marchetto dedicou boa parte de sua produção acadêmica à análise da interpretação do Concílio, especialmente em diálogo crítico com autores que enfatizavam seu caráter de ruptura em relação à tradição anterior. Assim como Ratzinger, Marchetto defende que o Vaticano II somente pode ser corretamente compreendido quando inserido na continuidade da história da Igreja e do desenvolvimento de sua doutrina.

Ao apresentar sua compreensão sobre o Concílio, Marchetto deixa claro que reconhece sua grande importância para a vida da Igreja. Nesse sentido, afirma:

Não creio que precise convencer nenhum dos meus benevolentes leitores da importância e do valor doutrinal, espiritual e pastoral do Concílio Vaticano II, a ponto de se poder dizer que ele é um 'ícone' da própria Igreja Católica, ou seja, do que o catolicismo em particular é, constitucionalmente, comunhão, também com o passado, com as origens, identidade na evolução, fidelidade na renovação [...]" (2013, p. 107, tradução nossa).⁵

Percebe-se, portanto, que o autor não minimiza a importância do Vaticano II. Pelo contrário, considera-o um acontecimento de grande relevância para a vida da Igreja. Entretanto, essa importância deve ser compreendida sempre em comunhão com sua história, suas origens e sua tradição.

⁵ "Non dovrò - credo - convincere nessuno dei miei benevoli lettori dell'importanza e del valore dottrinale, spirituale e pastorale del Concilio Vaticano II, tanto da potersi dire che esso è 'icona' della Chiesa cattolica stessa, cioè di quello che specialmente il Cattolicesimo è, costituzionalmente, comunione, anche con il passato, con le origini, identità nell'evoluzione, fedeltà nel rinnovamento [...]"

A partir dessa compreensão, Marchetto dirige sua crítica às interpretações que privilegiam quase exclusivamente os elementos considerados inovadores do Concílio. Segundo o autor,

De fato, subjacente a tudo isso está o empenho de muitos em minar a importância dos próprios documentos conciliares, síntese de tradição e modernidade, a fim de dar precedência a uma conhecida convicção, que sempre defini como ideológica, que se concentra apenas nos aspectos inovadores que emergiram do Concílio, na descontinuidade, em suma, em relação à Tradição” (Marchetto, 2013, p. 108, tradução nossa).⁶

Em sua avaliação, a correta recepção do Vaticano II exige partir dos próprios documentos conciliares, compreendidos como expressão da continuidade entre a tradição da Igreja e as novas exigências pastorais surgidas no século XX.

Marchetto compreende, portanto, que o Concílio Vaticano II promoveu uma renovação da ação pastoral da Igreja sem romper com sua doutrina. Conforme afirma, “o Vaticano II se viu sancionando o desenvolvimento teológico ocorrido e traduzindo-o em ação pastoral, em resposta às necessidades do tempo, na continuidade da doutrina” (Marchetto, 2013, p. 119, tradução nossa).⁷ Para o autor, o Concílio procurou responder aos desafios do mundo contemporâneo mediante uma atualização da ação evangelizadora da Igreja, preservando, contudo, a continuidade de seu ensinamento doutrinal.

Essa compreensão fundamenta-se na – própria natureza da Igreja. Segundo Marchetto, “[...] a Igreja, – imutável pela vitalidade intrínseca que lhe provém de

⁶ “*In effetti, a tutto ciò è sottostante l'impegno di molti a togliere importanza ai documenti conciliari stessi, sintesi di tradizione e aggiornamento, per far prevalere un ben noto convincimento, che da sempre ho definito ideologico, il quale 'punta' soltanto sugli aspetti innovativi apparsi in concilio, sulla discontinuità, insomma, rispetto alla Tradizione*”.

⁷ “*Il Vaticano II si trovò a sancire l'avvenuto sviluppo teologico e a tradurlo nell'azione pastorale, in risposta alle esigenze dei tempi, nella continuità della dottrina*”.

Cristo, Cabeça do Corpo Místico, e do seu Espírito, em fidelidade ao Pai – também pela obra dos Concílios, aperfeiçoa-se, permanecendo essencialmente a mesma” (2013, p. 119, tradução nossa).⁸ Dessa forma, o autor entende que a renovação promovida pelos concílios ecumênicos não altera a identidade da Igreja, mas constitui um aperfeiçoamento contínuo de sua missão ao longo da história. Assim, também o Vaticano II deve ser compreendido como um momento de renovação que permanece profundamente enraizado na tradição e na continuidade da vida e da doutrina da Igreja.

As reflexões de Ratzinger e Marchetto evidenciam uma forma de recepção do Concílio Vaticano II que procura conciliar renovação e continuidade. Ambos reconhecem a importância histórica e pastoral do Concílio, mas insistem que sua correta interpretação não pode ser feita à margem da tradição da Igreja. Nessa perspectiva, o Vaticano II representa um desenvolvimento orgânico da vida eclesial, no qual as reformas propostas encontram seu sentido precisamente por permanecerem em continuidade com a fé transmitida ao longo dos séculos.

A análise realizada neste subtítulo permite perceber que as diferentes formas de receber o Concílio Vaticano II não decorrem da aceitação ou da rejeição de seus documentos, mas, sobretudo, da maneira como cada corrente compreende a relação entre renovação e tradição. Enquanto autores como Giuseppe Alberigo enfatizam o caráter renovador do acontecimento conciliar e a necessidade de reconhecer uma nova etapa na vida da Igreja, autores como Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto insistem na importância de interpretar essa renovação em continuidade com a tradição e com o magistério eclesial. Em

⁸ “[...] *la Chiesa, - immutabile per la intrinseca vitalità che le viene da Cristo capo del Corpo Mistico e dal suo Spirito, in fedeltà al Padre - anche mediante l'opera dei Concili, si perfeziona, rimanendo però essenzialmente la stessa*”.

ambas as perspectivas está presente a intenção de permanecer fiel ao Concílio; contudo, os caminhos propostos para compreender sua natureza e sua recepção são distintos.

Diante dessas diferentes interpretações, torna-se necessário retornar à intenção daquele que convocou o Concílio Vaticano II. Mais do que privilegiar uma ou outra corrente interpretativa, é importante investigar como o próprio Papa João XXIII compreendia a relação entre tradição, renovação e atualização da Igreja. Nesse sentido, o discurso de abertura do Concílio, *Gaudet Mater Ecclesia*, apresenta-se como uma importante chave hermenêutica para compreender o espírito que animou o Vaticano II e para iluminar o debate acerca de sua correta recepção. A análise desse discurso será objeto do próximo capítulo.

3 O conceito de tradição no discurso *Gaudet Mater Ecclesia*

As diferentes formas de recepção do Concílio Vaticano II demonstram que um dos principais pontos de debate no período pós-conciliar diz respeito à relação entre tradição e renovação. Enquanto alguns autores destacaram o caráter inovador do acontecimento conciliar, outros insistiram na necessidade de interpretar suas reformas em continuidade com a tradição da Igreja. Diante dessas diferentes perspectivas, torna-se importante retornar ao discurso de abertura do Concílio Vaticano II, *Gaudet Mater Ecclesia*, pronunciado por João XXIII em 11 de outubro de 1962. Nele, o pontífice apresenta a finalidade do Concílio e oferece importantes elementos para compreender o conceito de tradição que deveria orientar os trabalhos conciliares.

Logo no início de seu discurso, João XXIII recorda que o Vaticano II não constitui um acontecimento isolado na história da Igreja, mas insere-se na longa sucessão dos concílios ecumênicos. Ao recordar que os concílios celebrados ao longo dos séculos constituem "testemunhos deste magistério extraordinário da Igreja" (II, n. 7) e fazem parte do "patrimônio sagrado" (II, n. 7) conservado pela Igreja, o Papa evidencia que o Vaticano II nasce em continuidade com a tradição eclesial e com o magistério anteriormente desenvolvido. Dessa forma, o Concílio não deveria ser entendido como uma ruptura com o passado, mas como mais uma expressão da continuidade da missão confiada por Cristo à sua Igreja.

Ao mesmo tempo, João XXIII deixa claro que a fidelidade à tradição não significa imobilismo. Pelo contrário, o Papa reconhece que a Igreja vive em um mundo profundamente transformado e que necessita responder aos desafios do seu tempo. Por isso manifesta sua esperança de que, "iluminada pela luz deste Concílio, a Igreja [...] receberá a força de novas energias" (III, n. 4) e, mediante atualizações oportunas, poderá olhar "intrépida para o futuro" (III, n. 4). Percebe-se, assim, que a atualização desejada por João XXIII não consiste em abandonar a tradição recebida, mas em encontrar novas formas de realizar a missão evangelizadora da Igreja nas circunstâncias históricas do século XX.

Essa compreensão torna-se ainda mais evidente quando o pontífice apresenta aquele que talvez seja o princípio hermenêutico mais importante de todo o discurso de abertura. Segundo João XXIII, "uma coisa é a substância do '*depositum fidei*', isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são anunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance" (VI, n. 5). Nessa afirmação encontra-se uma das principais chaves de interpretação do Concílio Vaticano II. O Papa distingue

claramente o conteúdo permanente da fé, que permanece imutável, das formas históricas de sua apresentação, que podem e devem ser renovadas para responder mais eficazmente às necessidades de cada época.

Essa distinção permite compreender que tradição e renovação não constituem realidades opostas. Para João XXIII, a tradição não consiste na simples repetição das mesmas formas de expressão utilizadas em outros períodos históricos, mas na transmissão fiel do mesmo depósito da fé. O que pode mudar são as linguagens, os métodos pastorais e as formas de diálogo com o mundo contemporâneo. Nesse sentido, a renovação proposta pelo Concílio não deveria atingir a substância da doutrina cristã, mas a maneira de anunciá-la aos homens e mulheres de seu tempo.

Essa perspectiva também explica o caráter eminentemente pastoral atribuído ao Vaticano II. João XXIII afirma que "a finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja" (VI, n. 4) e continua dizendo que "para isto, não havia necessidade de um Concílio" (VI, n. 5). O pontífice esclarece, ainda, que o objetivo principal era fazer com que "esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo" (VI, n. 5). O Concílio, portanto, não foi convocado para modificar a fé da Igreja, mas para favorecer uma apresentação mais eficaz e mais compreensível da mesma verdade revelada.

À luz dessas afirmações, percebe-se que o próprio discurso de abertura do Concílio oferece elementos para compreender as diferentes formas de recepção apresentadas no capítulo anterior. Por um lado, João XXIII confirma a preocupação manifestada por autores como Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto ao insistir

na permanência do depósito da fé e na continuidade da tradição da Igreja. A doutrina permanece a mesma e deve conservar "o mesmo sentido e o mesmo alcance". Por outro lado, o pontífice também reconhece a necessidade de uma verdadeira renovação pastoral, de "atualizações oportunas" e de novas formas de anunciar o Evangelho, aspecto amplamente destacado por Giuseppe Alberigo.

Desse modo, o discurso *Gaudet Mater Ecclesia* não confirma integralmente nenhuma das interpretações apresentadas isoladamente, mas oferece um critério capaz de iluminar ambas. A tradição, segundo João XXIII, não se identifica nem com a simples conservação de formas históricas nem com uma renovação que coloque em risco a continuidade da fé da Igreja. Ela consiste na transmissão fiel do depósito revelado, realizada por meio de formas sempre renovadas de expressão, conforme as exigências de cada tempo histórico. É precisamente nessa síntese entre fidelidade e renovação que se encontra a principal contribuição do discurso inaugural para a correta interpretação e recepção do Concílio Vaticano II.

Assim, pode-se concluir que o conceito de tradição presente no *Gaudet Mater Ecclesia* constitui uma importante chave hermenêutica para compreender o Vaticano II. O discurso de João XXIII demonstra que o Concílio foi convocado para promover uma renovação da ação evangelizadora da Igreja sem romper com sua identidade doutrinal. Renovação e continuidade não aparecem como conceitos excludentes, mas como dimensões complementares da vida da Igreja. Dessa forma, o pensamento de João XXIII oferece um horizonte de interpretação capaz de superar a oposição entre as diferentes formas de recepção do Concílio, evidenciando que a verdadeira fidelidade à tradição exige, ao mesmo tempo, conservar integralmente o depósito da fé e encontrar modos sempre novos de anunciá-lo ao mundo contemporâneo.

Percebe-se, portanto, que João XXIII não utiliza o conceito de tradição em oposição ao *aggiornamento*. Pelo contrário, a atualização desejada pelo pontífice encontra seu fundamento precisamente na fidelidade ao depósito da fé. A novidade proposta pelo Concílio situa-se no âmbito da ação pastoral e da linguagem da evangelização, jamais na alteração do conteúdo da fé.

Considerações finais

O Concílio Vaticano II representou um marco na história da Igreja Católica, não apenas pelas reformas promovidas, mas também pelos debates que suscitou acerca de sua interpretação e recepção. Como foi possível observar ao longo deste trabalho, o período pós-conciliar foi marcado pelo surgimento de diferentes formas de compreender o significado do Concílio e sua relação com a tradição da Igreja. Essas diferentes leituras influenciaram diretamente a maneira como seus documentos foram acolhidos e aplicados nas décadas posteriores.

Entre essas perspectivas, destacou-se, de um lado, a interpretação de Giuseppe Alberigo, que compreende o Vaticano II como um acontecimento de profunda renovação da vida eclesial, inaugurando uma nova etapa na história da Igreja. De outro lado, foram apresentadas as contribuições de Joseph Ratzinger e Agostino Marchetto, que insistem na necessidade de interpretar o Concílio em continuidade com a tradição e com o desenvolvimento histórico da doutrina católica. Embora partam de acentos distintos, ambas as correntes procuram permanecer fiéis ao Concílio e reconhecer sua importância para a vida da Igreja.

A análise do discurso *Gaudet Mater Ecclesia* permitiu identificar um importante critério para compreender essa discussão. Ao distinguir entre o

depósito permanente da fé e as formas históricas de sua apresentação, João XXIII demonstra que tradição e renovação não constituem realidades opostas, mas dimensões complementares da missão evangelizadora da Igreja. A fidelidade à tradição exige conservar integralmente o conteúdo da fé, ao mesmo tempo em que impulsiona a Igreja a encontrar linguagens e métodos pastorais capazes de responder aos desafios de cada época.

Desse modo, conclui-se que o conceito de tradição presente no discurso inaugural do Concílio oferece uma importante chave hermenêutica para interpretar o Vaticano II. Mais do que confirmar uma ou outra forma de recepção, João XXIII evidencia que a verdadeira renovação somente é possível quando permanece enraizada na tradição viva da Igreja. Assim, o discurso *Gaudet Mater Ecclesia* continua sendo uma referência indispensável para compreender o espírito do Concílio Vaticano II e para favorecer uma recepção que una, de maneira harmoniosa, fidelidade e renovação.

Referências

ALBERIGO, Giuseppe. **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

ALBERIGO, Giuseppe; JOSSUA, Jean-Pierre. **Il Vaticano II e la chiesa**. Brescia (Italia): Paideia Editrice, 1985.

COMBLIN, José. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002. (Coleção Temas de atualidade)

COMBY, Jean. **Para leer la historia de la Iglesia**: del siglo XV al siglo XX. Estella (España): Verbo Divino, 1988.

JOÃO XXIII, papa. **Gaudet Mater Ecclesia**: Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio. 11 de Outubro de 1962. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 29 de junho de 2026.

MARCHETTO, Agostino. Tradizione e rinnovamento si sono abbracciati: il Concilio Vaticano II. In. EHRET, Jean (Ed.). **Primato Pontificio ed Episcopato**: dal primo millennio al Concilio Ecumenico Vaticano II - studi in onore dell'arcivescovo Agostino Marchetto. Vaticano: Vaticana, 2013. p. 106-119.

MARQUES, Luiz Carlos Luz. Giuseppe Alberigo. In. PASSOS, João Décio (Coord.); SANCHEZ, Wagner Lopes. **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 9-10.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero a nossos dias**: a era contemporânea. São Paulo: Loyola, 1997. (Volume IV)

MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à História da Igreja**. 5 ed. Belo Horizonte (MG): Editora O Lutador, 1997. (Volume 2)

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1982.

PIN, Alex Gonçalves. Joseph Aloisius Ratzinger. In. PASSOS, João Décio (Coord.); SANCHEZ, Wagner Lopes. **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 794-797.

RATZINGER, J.; MESSORI, V. **A fé em crise?**: o Cardeal Ratzinger se interroga. São Paulo: EPU, 1985.

THEOBALD, Christoph. **A recepção do Concílio Vaticano II**: I, ter acesso à fonte. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2015. (Theologia Publica; 9).